







ELEKEIROZ S.A.

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax:+55 19 3322-0559 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Elekeiroz S.A.** Várzea Paulista – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elekeiroz S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Combinação de negócios

Em 23 de março de 2023, foi concluída a venda da Companhia pelo seu antigo controlador para a Chembro Química S.A., empresa pertencente ao Grupo Oswaldo Cruz Química ("Grupo OCQ"). Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a incorporação reversa da Chembro Química S.A., passando a ser controlada pela Dofra Participações Ltda. A contabilização dessa aquisição exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Administração da Companhia com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da entidade adquirida.

Consequentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esse assunto incluíram, entre outros: (i) Entendimento da transação; (ii) Avaliação dos ajustes relacionados ao balanço de abertura da entidade adquirida, dos contratos que formalizaram a combinação de negócios e análise da documentação suporte para contraprestação paga; (iii) Avaliação da competência, independência e objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a mensuração dos valores justos na combinação de negócios; (iv) Avaliação, com apoio dos nossos especialistas, da integridade e exatidão dos modelos de cálculo utilizados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos e mensuração do valor alocado como mais valia; (v) Avaliação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios; e (vi) Análise das divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relacionadas à referida combinação de negócios.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 8 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-027623/F

marcos Robits spondiado

Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC-1SP175536/O



Relatório dos administradores Resultados de 2023

Cenário Externo

Segundo dados preliminares da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), entidade que representa o setor, o faturamento da indústria química brasileira em 2023 deve atingir R\$ 834,9 bilhões, queda de 16% em relação ao ano passado.

A taxa de ocupação das instalações, em 2023, ficou abaixo de 70% e o segmento operou com a ociosidade média de cerca de 35%.

As importações representaram aproximadamente 46% da demanda do mercado interno. O déficit na balança comercial de produtos químicos, em 2023, está estimado em US\$ 47 bilhões.

No acumulado de janeiro a setembro de 2023, o consumo aparente nacional (CAN) de produtos químicos de uso industrial recuou 4,2% sobre igual período de 2022, refletindo, principalmente, a queda no índice de produção (-10,58%).

Desempenho Operacional - Expedições

Em 2023 a expedição em toneladas, foi 18 % inferior a 2022; a queda foi de 21% nos produtos inorgânicos e 15% nos orgânicos.

Desempenho Financeiro

A receita líquida de vendas foi impactada pela queda de volumes e redução de preços, apresentando redução de 36,9% em relação a 2022.

A Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 108,5 milhões em 2023, queda de 78,4% em relação a 2022 em função da redução de preços e volumes de seus produtos. O prejuízo líquido do exercício foi de R\$ 101, 9 milhões.

Tabela 1 - Destaques Financeiros

	12 meses						
R\$ milhões	2023	2022	Variação				
Receita Líquida	1.408,6	2.232,4	-36,9%				
CPV	(1.300,2)	(1.729,4)					
Lucro Bruto	108,5	502,9	-78,4%				
Margem Lucro Bruto	7,7%	22,5%					
Lucro (prejuízo) Líquido	(108,2)	226,1	-147,9%				



Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Seguindo a instrução CVM n° 527 de 4 de outubro de 2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA e LAJIR, os índices de alavancagem financeira e endividamento líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados a seguir:

		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	886.804	408.783
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(47.412)	(157.484)
Dívida líquida	839.392	251.299
Reconciliação do LAJIDA ("("EBITDA") (a)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(108.216)	226.073
Depreciações e amortizações	63.804	31.980
Resultado financeiro, líquido	111.208	34.888
Imposto de renda e contribuição social	(40.583)	114.288
LAJIDA ("EBITDA") (a)	26.213	407.229
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(+) Custos da transação do fechamento da operação de compra da Elekeiroz S.A.	52.161	-
(+) Consultorias pontuais	2.196	16.871
(-) Baixas oriundas de revisão de vida útil / Recuperação de imobilizado	(6.248)	-
(+) Desembolsos de processos judiciais pontuais	-	4.011
(+) Impacto de precatórios e outros	-	1.842
(+) Impacto do plano de opções de ações (extinto em 2023)	-	212
(-) Recuperação e venda de créditos tributários	(48.917)	(44.718)
LAJIDA ("EBITDA") ajustado	25.405	385.447

 ⁽a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
 EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization (não é uma métrica contábil)

Conclusão e Agradecimentos

O resultado de 2023 apresentou queda em relação ao ano anterior, em função da queda de preços no mercado internacional e redução da demanda impactando margens.

Agradecemos o comprometimento de nossos colaboradores, a confiança em nós depositada pelos clientes, a parceria com fornecedores e o apoio recebido dos acionistas.

A Administração

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Control	adora	Consolidado		
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.344	157.402	47.412	157.484	
Títulos e valores mobiliários		2.873	1.000	2.873	1.000	
Contas a receber de clientes	5	122.995	167.468	122.995	167.468	
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	15.1	9.482	-	9.482	-	
Estoques	6	212.165	240.431	212.165	240.431	
Impostos a recuperar	7	45.217	8.262	45.446	8.500	
Outros ativos		7.164	13.120	7.033	13.241	
Total do ativo circulante		447.240	587.683	447.406	588.124	
Não circulante						
Outros ativos		3.643	10.442	3.642	9.153	
Depósitos judiciais	14.3	9.859	11.276	9.859	11.276	
Impostos a recuperar	7	65.402	95.993	66.527	95.993	
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	65.942	23.895	65.942	23.895	
Investimentos	10	7.791	13.196	1.157	5.463	
Imobilizado	8	318.264	221.810	319.357	222.902	
Intangível	9	259.593	9.506	263.847	16.995	
Total do ativo não circulante		730.494	386.118	730.331	385.677	
Total do ativo		1.177.734	973.801	1.177.737	973.801	



		Contro	ladora	Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante						
Fornecedores	11	176.223	116.305	176.224	116.305	
Fornecedores - Partes relacionadas	15.1	12.123	-	12.123	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	160.072	76.140	160.072	76.140	
Obrigações sociais e trabalhistas	12	12.027	12.713	12.027	12.713	
Obrigações tributárias		5.111	19.131	5.113	19.131	
Arrendamento mercantil	12	107	152	107	152	
Dividendos a pagar		-	24.925	-	24.925	
Outros passivos	12	10.956	28.194	10.956	28.194	
Total do passivo circulante		376.619	277.560	376.622	277.560	
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	726.625	332.491	726.625	332.491	
Provisões para contingências	14	42.756	12.149	42.756	12.149	
Outros passivos	12	18.339	54.954	18.339	54.954	
Total do passivo não circulante		787.720	399.594	787.720	399.594	
Total do passivo		1.164.339	677.154	1.164.342	677.154	
Patrimônio líquido						
Capital social	16(a)	49.000	103.057	49.000	103.057	
Ações em tesouraria		-	(12.973)	-	(12.973)	
Reserva de lucros	16(b)	-	197.901	-	197.901	
Prejuízos acumulados		(32.763)	-	(32.763)	-	
Reserva de capital		-	8.662	-	8.662	
Outros resultados abrangentes		(2.842)	-	(2.842)	-	
Total do patrimônio líquido		13.395	296.647	13.395	296.647	
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.177.734	973.801	1.177.737	973.801	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



		Control	adora	Consol	idado
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	1.408.647	2.232.379	1.408.647	2.232.379
Custo dos produtos vendidos	19	(1.300.181)	(1.729.446)	(1.300.181)	(1.729.446)
Lucro bruto		108.466	502.933	108.466	502.933
Despesas gerais e administrativas	19	(64.393)	(71.053)	(64.724)	(71.138)
Despesas comerciais	19	(48.066)	(72.471)	(48.066)	(72.456)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(34.178)	15.913	(33.267)	15.910
Resultado da equivalência patrimonial	10(d)	828	(212)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(37.343)	375.110	(37.591)	375.249
Receitas financeiras	20	21.003	54.169	21.223	54.033
Despesas financeiras	20	(132.459)	(88.918)	(132.431)	(88.921)
Resultado financeiro		(111.456)	(34.749)	(111.208)	(34.888)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(148.799)	340.361	(148.799)	340.361
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17		(89.883)		(89.883)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	17	40.583	(24.405)	40.583	(24.405)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(108.216)	226.073	(108.216)	226.073
Lucro (prejuízo) por ação - R\$		(3,47)	7,18	(3,47)	7,18
Básico e diluído	16(e)	(3,47)	7,18	(3,47)	7,18

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(108.216)	226.073	(108.216)	226.073	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício					
Valor justo de ativos financeiros Tributos diferidos	(4.306) 1.464	<u>-</u>	(4.306) 1.464	<u>-</u>	
Total do resultado abrangente do exercício	(111.058)	226.073	(111.058)	226.073	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



			Reserva de cap	oital		Reserv	as de lucros				
	Capital social	Incentivo fiscal	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Legal	Incentivo fiscal	Desenvolvimento	Especial	Outros Resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023	103.057	8.326	336	(12.973)	20.611	78.259	19.869	79.162	! -	-	296.647
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.216)	(108.216)
Transação de capital com os											
Ações em tesouraria canceladas			-	12.973	-	-	-	_		(12.973)	-
Opções outorgadas canceladas			(336)	-	-	-	-	-		. ,	(336)
Efeitos da incorporação reversa (a)	(54.057)	(8.326)	-	-	(20.611)	-	(19.869)	(79.162)	-	10.167	(171.858)
Destinação do lucro do exercício											
Incentivo Fiscal complemento			-	-	-	709	-	-		(709)	-
Absorção reserva de incentivos											
fiscais		-	-	-	-	(78.968)	-	-	-	78.968	-
Outros resultados abrangentes											
Ajuste a valor justo		-	-	-	-	-	-	-	(4.306)	-	(4.306)
Tributos diferidos			-	-	-	-	-	-	1.464	-	1.464
Em 31 de dezembro de 2023	49.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.842)	(32.763)	13.395

⁽a) os detalhes da incorporação reversa estão apresentados em Nota Explicativa 2.3 - Reestruturação societária e combinação de negócios.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Reserva de capital			Reservas de lucros			_		
	Capital social	Incentivo fiscal	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Legal	Incentivo fiscal	Desenvolvimento	Especial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022	103.057	8.326	124	(14.163)	20.611	58.141	18.968	380.474	-	575.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	226.073	226.073
Transação de capital com os sócios										
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	1.190	-	-	-	-	-	1.190
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	212	-	-	-	-	-	-	212
Destinação do lucro do exercício										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-	-	20.118	-	-	(20.118)	-
Reserva de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	901	-	(901)	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	17.121	(17.121)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.799)	(38.799)
Distribuição de dividendos		-	-	-		-	-	(318.433)	(149.134)	(467.567)
Em 31 de dezembro de 2022	103.057	8.326	336	(12.973)	20.611	78.259	19.869	79.162	-	296.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(148.799)	340.361	(148.799)	340.361		
Ajustes para reconciliação do resultado:						
Provisões de juros sobre empréstimos e financiamentos	118.834	35.535	118.834	35.678		
Provisões para contingências	1.656	40.040	1.656	40.040		
Depreciação e amortização	63.797	31.980	63.805	32000		
Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível	(4.239)	881	(4.239)	881		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.105)	-	(1.105)	-		
Resultado da equivalência patrimonial	(828)	212	-	-		
Opções outorgadas	(335)	212	(335)	212		
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	5.859		5.859			
Provisão para PLR e Bônus	928	_	928	_		
Receita de créditos tributários, líquido dos impostos	-	(83.949)	-	(83.949)		
Variações de ativos e passivos:						
Contas a receber de clientes	45.912	93.086	45.912	93.087		
Contas a receber de partes relacionadas	(4.373)	-	(4.373)			
Estoques	22.407	4.596	22.407	4.596		
Impostos a recuperar	3.116	200.593	2.001	200.593		
Outros ativos	14.051	31.952	14.051	32.014		
Depósitos judiciais	1.417	(680)	1.417	(680)		
Fornecedores	59.918	(147.600)	59.919	(147.626)		
Contas a pagar – Partes relacionadas	12.123	(147.000)	12.123	(147.020)		
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		(1.279)		(1.270)		
Outros passivos	(24.511)	(1.278)	(25.797)	(1.279)		
Caixa líquido gerado pelas operações	(55.422)	(136.837)	(55.172)	(136.837)		
Imposto de renda e contribuição social pagos	110.406	409.104	109.092	409.091		
_	(0.046)	(89.883)	(0.040)	(89.883)		
Pagamento de contingências Juros pagos	(2.916)	- (44.700)	(2.916)	(44.700)		
_	(61.682)	(11.729)	(61.682)	(11.729)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	45.808	307.492	44.494	307.479		
Fluxo de caixa das atividades de investimento:						
Aquisições de imobilizado e intangível	(56.839)	(88.171)	(56.839)	(88.171)		
Capitalização mútuo investida	(1.300)	-	-	-		
Caixa e equivalentes de caixa incorporado	111.830	_	111.830	_		
Aplicações financeiras	(1.873)	(1.873)	(1.873)	(1.873)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	51.818	(89.171)	53.118	(89.171)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Empréstimos e financiamentos - Captações	_	350.000	_	350.000		
Empréstimos e financiamentos – Amortizações	(168.080)	(73.228)	(168.080)	(73.228)		
Custos de transação	(14.679)	(73.220)	, ,	(73.220)		
Ações em tesouraria	(14.079)	1.190	(14.679)	1.190		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(24.925)		(24.925)			
Distribuição de lucros	(24.923)	(13.770)	(24.923)	(13.770)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(207.684)	(467.568)	(207.684)	(467.568) (203.376)		
• •	,	(203.376)	, ,			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(110.058)	14.945	(110.072)	14.932		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.402	142.457	157.484	142.552		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	47.344	157.402	47.412	157.484		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*)



		Controladora		Consol	idado
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas					
Receita bruta	18	1.759.969	2.753.319	1.759.969	2.753.319
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19	1.105	1.531	1.105	1.531
		1.761.074	2.754.850	1.761.074	2.754.850
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas					
operacionais	19	(1.540.447)	(1.125.334)	(1.540.447)	(1.125.334)
Outras despesas (receitas)	19	(55.752)	(59.372)	(55.137)	(59.439)
Valor adicionada hauta garada nala Campanhia		404.075	4 570 444	405.400	4 570 077
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia		164.875	1.570.144	165.490	1.570.077
Retenções					
Depreciação e amortização	19	(63.797)	(31.980)	(63.804)	(32.000)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		101.078	1.538.164	101.686	1.538.077
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	10	828	(212)		
Receitas financeiras	20	21.003	(212) (15.183)	21.223	- (15 191)
Neceitas iirianceiras	20	21.003	(10.100)	21.223	(15.181)
Valor total adicionado distribuído		122.909	1.522.769	122.909	1.522.896
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta	19	64.054	60.906	64.054	60.906
Beneficios	19	16.867	16.196	16.867	16.196
Encargos trabalhistas	19	4.912	4.705	4.912	4.705
Tributos					
Federais		33.752	523.520	33.752	523.520
Estaduais		(16.367)	628.843	(16.367)	628.843
Municipais		2.397	2.015	2.397	2.015
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	20	121.224	55.973	121.224	56.116
Aluguéis	20	4.286	4.537	4.286	4.537
Outras despesas financeiras	20			4.200	(16)
Remuneração de capitais próprios		(400.040)	(055.004)	(400.040)	(OFF 00.1)
Lucros (prejuízos) retidos		(108.216)	(255.264)	(108.216)	(255.264)
Distribuição de lucros		-	467.568	-	467.568
Juros sobre capital próprio			13.770		13.770
Valor adicionado distribuído		122.909	1.522.769	122.909	1.522.896

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1 Informações sobre a Companhia

A Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado desde 1 de julho de 2020, quando deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer outro mercado organizado.

A Companhia, líder no mercado de intermediários químicos no Brasil, possui 3 (três) unidades industriais, sendo uma localizada na cidade de Várzea Paulista (Estado de São Paulo) e duas localizadas na cidade de Camaçari (Estado da Bahia) e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como, a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Companhia são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

Alteração no controle da Companhia

Em 23 de março de 2023, foi concluída a venda da Companhia pelo seu antigo controlador para a Chembro Química S.A., empresa pertencente ao Grupo Oswaldo Cruz Química ("**Grupo OCQ**"), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a incorporação reversa da Chembro Química S.A., passando a ser controlada pela Dofra Participações Ltda. Maiores detalhes dessa transação estão evidenciados na Nota explicativa n° 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 8 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 ("Grupo"). O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.



Base de consolidação a partir de 1° de janeiro de 2022

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

			% de par	ticipação
Razão social	Principal atividade	País-sede	31 de dezembro	31 de dezembro
			de 2023	de 2022
Nexoleum Bioderivados	Industrialização e comercialização de produtos	Brasil	100	100
S.A.	químicos e petroquímicos em geral.			

Controladora da Elekeiroz S/A.

A Elekeiroz S.A., sediada no Brasil, tem seu capital social 100% pertencente a empresa Dofra Participações Ltda., denominada controladora do **Grupo OCQ**.

Transações eliminadas na Consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Reestruturação societária e combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificálos e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Venda de participação societária da Companhia com obtenção de controle para Chembro Química S.A.

Em 19 de agosto de 2022, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") entre a Chembro Química S.A. e o antigo controlador da Companhia para aquisição da totalidade de 31.069.512 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo valor de R\$ 875.000, pago em única parcela, reduzido do endividamento líquido base previsto no Contrato, considerando que está previsto um valor adicional contingente a ser determinado e pago em até 5 (cinco) parcelas anuais, a se iniciar em 1° de abril de 2023 com término em 31 de março de 2028, dependendo do resultado Consolidado do EBITDA ajustado da Companhia para cada ano. Na data de encerramento destas demonstrações financeiras não foi apurado earnout devido, o EBITDA previsto para o ano de 2024 e anos subsequentes com base no orçamento é menor que o EBITDA de referência definido no Contrato de Compra e Venda.

A data de fechamento da transação e efetiva troca de controle ocorreu em 23 de março de 2023, com a realização do efetivo desembolso financeiro mencionado no parágrafo anterior, bem como, cumprimento das demais cláusulas previstas no Contrato. Com isso, a Companhia passou a ser controlada pela Chembro Química S.A.

A aquisição da participação societária teve como principal objetivo a consolidação do **Grupo OCQ** no ramo de químicos intermediários no Brasil.

Foi realizada a mensuração da aquisição ao valor justo, conforme disposto no quadro a seguir:

	31/03/2023
Valor da compra	875.000
CDI no período de atualização	2,21%_
Valor da compra atualizado	894.310
Endividamento líquido base	(250.000)
Ajuste do endividamento líquido e capital de giro no fechamento	(110.260)
Earnout (1) estimado	-
Contingências não materializadas assumidas pelos vendedores	
Valor justo da contraprestação	534.050

⁽¹) Na data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, o gatilho mínimo para fins de *earnout* previstos no **Contrato** não foi atingido, portanto, nenhum valor de *earnout* foi apurado.



A alocação do preço de compra é apresentada a seguir:

	31/03/2023
Valor justo da contraprestação	534.050
Patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2023	239.075
Ágio total	294.975
Ágio não alocado (<i>goodwill</i>)	227.220
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	67.755
Alocação de ativos e passivos:	
Estorno provisão de impairment	47.687
Mais valia de imobilizado	30.958
Mais valia de estoques	17.083
Relacionamento com clientes	20.309
Acordo de não solicitação	7.304
Ajuste de tecnologia patenteada	(2.352)
Ajuste de passivos contingentes	(28.927)
IR/CS diferido (a)	(24.307)
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	67.755

a) Após a incorporação reversa os saldos de IR/CS diferido foram baixados com o início da amortização contábil e fiscal por não existirem diferenças tributárias temporárias.

Incorporação reversa da Chembro Química S.A.

Em 31 de maio de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Chembro Química S.A., em razão de simplificar a estrutura acionária do Grupo em que a Companhia pertence e a otimizar custos em sua gestão de projeto de reestruturação de atividades. Como resultado desta incorporação reversa, a Companhia passou a ter como novo controlador a empresa Dofra Participações Ltda..

A seguir é apresentado o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. emitido em 23 de maio de 2023, na data-base de 30 de abril de 2023:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	118.176.617,19	Circulante	83.719.457,53
Caixa e equivalentes de caixa	1.481.282,87	Fornecedores	21.953,87
Contas a receber de clientes	634.433,39	Obrigações fiscais e tributárias	1.326.538,07
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27	Debêntures	82.370.965,59
Outras contas a receber	110.262.957,62		
Impostos a recuperar	245.056,74		
Adiantamentos	299.430,45		
Outros ativos	144.767,85		
Não circulante	544.031.053,74	Não circulante	528.795.130,05
Impostos a recuperar	9.154.295,63	Obrigações fiscais e tributárias	7.594.329,99
Outros ativos	852.015,91	Debêntures	512.662.856,47
Investimentos	534.024.742,20	Provisão para contingências	7.581.872,89
		Outros passivos	956.070,70
		Total do passivo	612.514.587,58
		Patrimônio Líquido	49.693.083,35
		Capital social	49.000.000,00
		Reserva de lucros	693.083,35
Total do ativo	662.207.670,93	Total do passivo e patrimônio líquido	662.207.670,93



A seguir é apresentado o balanço patrimonial em 31 de maio de 2023, pós laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. apresentado no quadro anterior e que deu origem aos lançamentos de incorporação reversa:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	117.972.338,11	Circulante	92.222.076,64
Caixa e equivalentes de caixa	111.830.430,69	Fornecedores	9,91
Contas a receber de clientes	334.130,39	Obrigações fiscais e tributárias	1.332.494,12
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27	Debêntures	90.889.572,61
Outras contas a receber	144.767,85		
Impostos a recuperar	254.890,46		
Adiantamentos	299.430,45		
Não circulante	544.102.090,65	Não circulante	527.607.245,79
Impostos a recuperar	9.225.332,54	Obrigações fiscais e tributárias	7.544.855,37
Outros ativos	852.015,91	Debêntures	512.781.925,83
Investimentos	534.024.742,20	Provisão para contingências	6.315.869,46
		Outros passivos	964.595,13
		Total do passivo	619.829.322,43
		Patrimônio Líquido	42.245.106,33
		Capital social	49.000.000,00
		Prejuízos acumulados	(6.754.893,67)
Total do ativo	662.074.428,76	Total do passivo e patrimônio líquido	662.074.428,76

A incorporação reversa também resultou na alteração do valor das ações da Companhia, que passou a ter o novo capital social de R\$ 49.000 representado por 31.485.170 ações ordinárias. O quadro a seguir ilustra o efeito da incorporação reversa:

	Capital social (em reais)	Quantidade de ações (unitário)	Valor da ação (em reais)
Antes da incorporação reversa			
Chembro Química S.A.	49.000.000,00	49.000	1.000,00
Elekeiroz S.A.	103.057.070,40	31.485.170	3,273194
	Capital social (em reais)	Quantidade de ações (unitário)	Valor da ação (em reais)
Depois da incorporação reversa			
Elekeiroz S.A.	49.000.000	31.485.170	1.556288



O quadro a seguir detalha os efeitos da incorporação reversa no patrimônio líquido da Companhia:

Valores do patrimônio líquido da Elekeiroz S.A.

Baixa do capital social	(103.057)
Baixa da reserva de incentivo fiscal	(8.326)
Baixa da reserva legal	(20.611)
Baixa da reserva de desenvolvimento	(19.869)
Baixa da reserva especial	(79.162)
Ações em tesouraria não baixadas na incorporação	12.973
Reservas de incentivos fiscais não baixadas na incorporação	(78.259)
Outros resultados abrangentes não baixados na incorporação	2.842
Prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023 baixado na incorporação	55.058
Baixa IR/CS diferidos ágio alocado após a incorporação	24.307
Valores do patrimônio líquido da Chembro Química S.A.	
Incorporação do capital social	49.000
Incorporação da reserva de capital	11.511
Incorporação do prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023	(18.266)
Efeito líquido no patrimônio líquido	(171.858)

Impactos nas demonstrações financeiras relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Os mercados globais estão atualmente operando em um cenário de incerteza geopolítica, econômica e financeira e de forma volátil após iniciado o conflito militar entre Rússia e Ucrânia. Embora a duração e o impacto deste acontecimento em curso sejam imprevisíveis, este conflito e quaisquer outras tensões geopolíticas podem afetar a atividade econômica global e por consequência, a Companhia.

A Companhia acompanha as sanções aplicadas à Rússia e os desdobramentos do conflito, assim como está preparada para tomar eventuais medidas que minimizem os potenciais impactos sobre seus negócios, integrantes e as comunidades onde atua.

O conflito tem causado um aumento no preço internacional de *commodities* ligadas ao negócio da Companhia, como petróleo e gás natural, afetando o custo de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo.

Adicionalmente, trouxe efeitos globais no nível de demanda de produtos petroquímicos, em cadeias de suprimentos e operações industriais. Até o momento, não causou impactos significativos adversos no patrimônio e na posição financeira da Companhia, não sendo possível, no entanto, prever com precisão efeitos adversos significativos do futuro.

Sanções adicionais, embargos, instabilidade regional, mudanças geopolíticas, disfunções na cadeia logística, efeitos adversos nas condições macroeconômicas, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros podem impactar nos preços dos produtos e custos das matérias-primas no mercado internacional, interromper a cadeia de fornecimento, reduzir as vendas e/ou afetar as operações da Companhia. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados impactos relevantes nos negócios da Companhia decorrentes das sanções até então aplicadas e do cenário adverso causado pelo conflito geopolítico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.



A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Depresiação em anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Terrenos	Não depreciados
Advindos do business combination (a)	5

- (*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.
- (a) Conforme apresentado em Nota Explicativa 9 Imobilizado.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.



A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares	5
Marcas registradas e licenças	5
Advindos do business combination (a)	5, 6 e 21

(a) Conforme apresentado em Nota Explicativa 9 – Intangível.

2.11 Arrendamento mercantil

A Companhia realizou inventário dos contratos em andamento e refletiu o impacto financeiro desses contratos, como orienta a norma, na Nota nº 16. A Administração da Companhia julga que os efeitos não são relevantes para as demonstrações financeiras, e por não trazer benefícios aos leitores, suprimiu as notas explicativas específicas apresentando somente o impacto financeiro. Essa decisão foi tomada com base nas exceções descritas no CPC 06 (R2/IFRS 16).

Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito n\u00e3o ser\u00e1 recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- · Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais: ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota 2.4 – Conversão de moeda estrangeira.



2.14 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência privada do tipo de contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia.

O plano de contribuição definida - previdência privada_é oferecido aos colaboradores da Companhia, que prevê:

- Participação dos funcionários com percentuais definidos entre 1% até 10% sobre seu salário base; e
- Contribuição da Companhia em montante equivalente a 100% do aportado pelo colaborador.

Em 31 de dezembro de 2023 o resultado dessas contribuições totalizou o montante de R\$ 2.995 (R\$ 3.417 em 31 de dezembro 2022).

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (constructive obligation).

(d) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia.

A Companhia possuía plano para outorga de opções de ações para a Alta Administração aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que tinha por objetivo integrar esses executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Com a troca do controlador da Companhia, este plano para outorga de opções de ações foi extinto. O impacto das opções exercidas no resultado do exercício até a extinção do plano foi de R\$ 335 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2022).

2.15 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Companhia é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles
 incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de
 juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a
 duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a
 realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a "contabilidade de *hedge*". As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual, serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia é beneficiada com incentivos fiscais nas esferas federal e estadual que estão registradas de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme art. 523 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios pelo período de 5 anos.

Maiores detalhes dos tipos de benefícios fiscais constituídos pela Companhia estão apresentados em Nota Explicativa nº 16 – Patrimônio líquido.

d) Remuneração aos acionistas

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 não foram deliberados dividendos (R\$ 467.567 em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus acionistas como alternativa a distribuição de lucros. Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou pagamento no montante de R\$ 24.925 (R\$13.770 em 31 de dezembro de 2022).

e) Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O cálculo do resultado por ação está apresentado em Nota Explicativa nº 16 – Patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Companhia, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.19 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM") e podem variar de 0% a 330%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – Bahia no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2025.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio não alocado.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.20 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48 / IFRS 19, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48 / IFRS 9, e o montante recebido).

2.21 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço quotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço quotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço quotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.22 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras.



Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

2.23 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.



Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras a Companhia.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



<u>Julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

Os principais julgamentos são apresentados a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;



4 Caixa e equivalentes de caixa

Control	adora	Consolidado		
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
1.947	194	2.015	276	
45.397	157.208	45.397	157.208	
47 344	157 402	47 412	157.484	
	31/12/2023 1.947	1.947 194 45.397 157.208	31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 1.947 194 2.015 45.397 157.208 45.397	

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 75% a 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 20 – Resultado financeiro, líquido.

5 Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Control	ladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Clientes nacionais	105.451	106.568	105.961	107.079	
Clientes estrangeiros	30.056	64.740	30.056	64.740	
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.030)	(3.840)	(3.540)	(4.351)	
Total circulante	132.477	167.468	132.477	167.468	
Clientes nacionais	24.356	24.651	24.356	24.651	
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24.356)	(24.651)	(24.356)	(24.651)	
Total não circulante	-		<u> </u>		
Total contas a receber	132.477	167.468	132.477	167.468	

A Companhia ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Para a PECLD, a Administração da Companhia, através de matriz de riscos, efetua análise histórica ponderada de recebimentos de suas contas a receber por faixas de vencimento e considerando percentual de perdas reais. A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PECLD:

	Controla	ıdora	Conso	lidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A Vencer	126.928	164.073	127.438	164.073
Vencidos até 30 dias	3.631	3.014	3.631	3.014
Vencidos de 31 a 60 dias	1.081	708	1.081	708
Vencidos de 61 a 90 dias	685	124	685	124
Superior a 361 dias	27.538	28.040	27.538	28.551
Total	159.863	195.959	160.373	196.470



A seguir é apresentada a movimentação da PECLD:

	Controlad	dora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Saldo Inicial	28.491	30.148	29.001	30.658	
(+) Constituição da provisão	5.469	12.485	5.469	12.485	
(-) Reversão da provisão	(6.574)	(14.016)	(6.574)	(14.016)	
(-) Realização provisão		(126)	-	(126)	
Saldo Final	27.386	28.491	27.896	29.001	
Circulante	3.030	3.840	3.540	4.350	
Não circulante	24.356	24.651	24.356	24.651	

A Administração considera que os valores registrados a título de PECLD são suficientes para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6 Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

_	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Estoque em poder de terceiros	51.697	26.218	51.697	26.218	
Matérias primas, auxiliares e embalagens	69.995	93.143	69.995	93.143	
Produtos acabados	79.720	102.175	79.720	102.175	
Almoxarifado geral	16.934	16.074	16.934	16.074	
Estoque em trânsito	641	3.784	641	3.784	
(-) Perda por redução ao valor recuperável dos estoques (a)_	(6.822)	(963)	(6.822)	(963)	
Total	212.165	240.431	212.165	240.431	

⁽a) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência e garantia:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 31 de dezembro de 2022	963	2.301	963	2.301
(+) Constituição de provisão	11.055	951	11.055	951
(-) Reversões	(5.196)	(2.289)	(5.196)	(2.289)
Em 31 de dezembro de 2023	6.822	963	6.822	963

A seguir é apresentada a movimentação da mais valia de estoques durante o exercício de 2023:

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
(+) Mais valia de estoques	17.083	-	17.083	-
(-) Amortização de mais valia de estoques	(17.083)	-	(17.083)	-
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-

Maiores detalhes da mais valia de estoques podem ser observadas em Nota Explicativa 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7 Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a recuperar/compensar				
Contribuição social sobre lucro	-	539	19	558
Imposto de renda	9.697	914	9.732	957
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	4.456	4.107	4.456	4.108
ICMS saldo credor	1.576	829	1.707	959
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	409	436	409	436
Créditos tributários ICMS BC PIS/COFINS	78.731	93.145	79.856	93.145
PIS/COFINS saldo credor	5.248	-	5.255	-
Outros	10.502	4.285	10.539	4.330
Total	110.619	104.255	111.973	104.493
Circulante	45.217	8.262	45.446	8.500
Não circulante	65.402	95.993	66.527	95.993



8 Imobilizado

8.1 Controladora

	31/12/20)23	31/12/2	2022	
	Custo histórico Valor líquido		Custo histórico	Valor líquido	
Máquinas e equipamentos	578.028	240.867	725.712	153.584	
Móveis e utensílios	6.829	1.831	6.437	1.474	
Equipamentos de laboratório	3.961	874	4.150	899	
Veículos / Caminhões	2.883	578	4.011	1.260	
Equipamentos de informática	5.007	640	5.188	873	
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581	
Construções	34.828	8.470	56.529	7.618	
Imobilizado em curso	30.169	30.169	51.854	101.742	
Mais valia de ativo imobilizado	-	69.470	-	-	
Impairment	<u> </u>	(39.216)	<u> </u>	(50.220)	
Total do imobilizado	666.286	318.264	858.462	221.810	

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	153.583	5.672	(1.630)	125.852	(42.610)	240.867
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Veículos / Caminhões	1.260	-	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	-	-	-	-	4.581
Construções	7.618	6	-	1.834	(988)	8.470
Imobilizado em curso	101.742	50.210	-	(121.783)	-	30.169
Mais valia de ativo imobilizado	-	78.645	-	-	(9.175)	69.470
Impairment	(50.220)	-	-	-	11.004	(39.216)
Total do imobilizado	221.810	135.073	(2.162)	6.401	(42.858)	318.264



Valor líquido Valor líquido Adições **Baixas** Depreciação em 31/12/2021 em 31/12/2022 155.275 27.391 (252)(28.830)Máquinas e equipamentos 153.584 1.149 595 Móveis e utensílios (3) (267)1.474 Equipamentos de laboratório 610 487 (1) (197)899 939 Veículos / Caminhões 621 (18)(282)1.260 579 598 (84)Equipamentos de informática (220)873 Terrenos 4.581 4.581 Construções 8.707 (38)(1.051)7.618 Imobilizado em curso 44.570 57.178 (6) 101.742 Impairment (54.276)4.056 (50.220) Total do imobilizado 161.815 87.188 (402)(26.791)221.810

8.2 Consolidado

	31/12/	/2023	31/12/	2022	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido	
Máquinas e equipamentos	580.148	241.960	727.283	154.676	
Móveis e utensílios	6.829	1.831	6.437	1.474	
Equipamentos de laboratório	3.961	874	4.150	899	
Veículos / Caminhões	2.883	578	4.011	1.260	
Equipamentos de informática	5.007	640	5.188	873	
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581	
Construções	34.828	8.470	56.529	7.618	
Imobilizado em curso	30.169	30.169	51.854	101.742	
Mais valia de ativo imobilizado	-	69.470	-	-	
Impairment		(39.216)		(50.220)	
Total do imobilizado	668.406	319.357	860.032	222.902	

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	154.675	5.672	(1.630)	125.853	(42.610)	241.960
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Veículos / Caminhões	1.260	-	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	-	-	-	-	4.581
Construções	7.618	6	-	1.834	(988)	8.470
Imobilizado em curso	101.742	50.210	-	(121.783)	-	30.169
Mais valia de ativo imobilizado	-	78.645	-	-	(9.175)	69.470
Impairment	(50.220)				11.004	(39.216)
Total do imobilizado	222.902	135.073	(2.162)	6.402	(42.858)	319.357



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	156.367	27.391	(252)	(28.830)	154.676
Móveis e utensílios	1.149	595	(3)	(267)	1.474
Equipamentos de laboratório	610	487	(1)	(197)	899
Veículos / Caminhões	621	939	(18)	(282)	1.260
Equipamentos de informática	579	598	(84)	(220)	873
Terrenos	4.581	-	-	-	4.581
Construções	8.707	-	(38)	(1.051)	7.618
Imobilizado em curso	44.570	57.178	(6)	-	101.742
Impairment	(54.276)	-	-	4.056	(50.220)
Total do imobilizado	162.907	87.188	(402)	(26.791)	222.902

Teste de redução ao valor recuperável (impairment)

Historicamente, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e constatou que as Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos.

A única UGC de Camaçari é a planta de Álcoois/Gases, que demandou *impairment*, portanto, o mesmo tratamento foi aplicado aos ativos de suas áreas de apoio e de suas áreas indiretas. Sendo assim, reconhecido *impairment* neste período.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia refez o estudo de *impairment* de seu ativo imobilizado para o período de 5 anos mais perpetuidade utilizando as premissas divulgadas em Nota Explicativa 9 – Intangível e constatou que não existia a necessidade de complementos no número anteriormente registrado.

9 Intangível

9.1 Controladora

	31/12	/2023	31/12/2022		
	Custo histórico Valor líquido		Custo histórico	Valor líquido	
Intangível de vida útil definida					
Software	4.250	2.469	13.313	1.815	
Direito de exclusividade de patente	8.776	5.843	8.776	7.598	
Direito de uso	1.827	110	1.691	306	
Mais valia de ativos (a)	25.261	24.074	-	-	
Impairment	(780)	(123)	(780)	(213)	
Total	39.334	32.373	23.000	9.506	
Intangível de vida útil indefinida			·		
Ágio (goodwill)	227.220	227.220	-	-	
Total	227.220	227.220	-	-	
Total do Intangível	266.554	259.593	23.000	9.506	

⁽a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios. A abertura é apresentada a seguir:



			31/12/2023
	Amortização ao ano (%)	Custo histórico	Valor líquido
Mais valia de ativos			
Relacionamento com clientes	5	20.309	19.745
Acordo de não solicitação	20	7.304	6.452
Tecnologia patenteada	17	(2.352)	(2.123)
Total		25.261	24.074

A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

A seguir é apresentada a movimentação do intar	ngivel:			
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Software	1.815	1.475	(821)	2.469
Direito de exclusividade de patente	7.598	-	(1.755)	5.843
Direito de uso	306	136	(332)	110
Mais valia de ativos	-	25.261	(1.187)	24.074
Impairment	(213)	-	90	(123)
Total	9.506	26.872	(4.005)	32.373
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (goodwill)		227.220		227.220
Total	<u> </u>	227.220		227.220
Total do Intangível	9.506	254.092	(4.005)	259.593
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível de vida útil definida				
Software	1.371	1.073	(629)	1.815
Direito de exclusividade de patente	8.776	-	(1.178)	7.598
Direito de uso	509	-	(203)	306
Impairment	(260)		47	(213)
Total do Intangível	10.396	1.073	(1.963)	9.506

9.2 Consolidado

	31/12/2023		31/12/	2022
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível de vida útil definida				
Software	4.250	2.469	13.313	1.815
Direito de exclusividade de patente	8.776	5.843	8.776	7.598
Marcas e patentes	1.827	4.364	7.599	7.795
Mais valia de ativos (a)	25.261	24.074	-	-
Impairment	(780)	(123)	(780)	(213)
Total	39.334	36.627	28.908	16.995
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (<i>goodwill</i>)	227.220	227.220	-	-
Total	227.220	227.220		
Total do Intangível	266.554	263.847	28.908	16.995

⁽a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios. Maiores detalhes, conforme Nota Explicativa 9.1 – Intangível (Nota 9.1)



A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Software	1.815	1.475	(821)	2.469
Direito de exclusividade de patente	7.598	-	(1.755)	5.843
Marcas e patentes	7.795	136	(3.567)	4.364
Mais valia de ativos	-	25.261	(1.187)	24.074
Impairment	(213)	-	90	(123)
Total	16.995	26.872	(7.240)	36.627
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio <i>goodwill</i>	-	227.220	-	227.220
Total	-	227.220	-	227.220
Total do Intangível	16.995	254.092	(7.240)	263.847
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível de vida útil definida				
Software	1.371	1.073	(629)	1.815
Direito de exclusividade de patente	8.776	-	(1.178)	7.598
Marcas e patentes	11.041	-	(3.246)	7.795
Impairment	(260)		47	(213)
Total do Intangível	20.928	1.073	(5.006)	16.995

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O ágio adquirido por meio de combinações de negócios, oriundo de todas as unidades geradoras de caixa que foram adquiridas, não sendo possível alocar em alguma unidade geradora de caixa específica. Para teste de *impairment* será utilizado o fluxo de caixa total da Companhia.

Teste de impairment

A Companhia testou em 31 de dezembro de 2023 o *impairment* em relação aos ativos que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados e para o *goodwill*. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo valor justo líquido de despesas de venda ("FVLCD - Fair Value Less Costs of Disposal"), através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa foram descontados para o período de 10 anos utilizaram taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individual opera.

Fluxo de caixa empresa

O valor recuperável do fluxo de caixa da Companhia é de R\$ 1.235.279 em 31 de dezembro de 2023, superando o valor contábil em R\$ 426.282 e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de cinco anos com perpetuidade. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



fluxo de caixa é de 13,6%, e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,5%, base IPCA.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade:

Margens de contribuição

Margens de contribuição foram obtidas em valores médios nos dois exercícios anteriores ao início do período orçado. As margens de contribuição para o fluxo de caixa da Companhia foram de 20 em média para todo o período. Essa margem de 20% se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa.

Taxas de desconto

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O WACC utilizado foi de 13,6%.

Inflação de preços de matérias-primas

Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são balizados pelos preços delas no mercado internacional sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural).

Market share durante o período de projeção

A análise pressupõe que os principais produtos da Companhia acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado.

A Administração concluiu que não são necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2023.

10 Investimentos

Participação %	Investin	nento
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
·		
100%	2.379	50
2,25%	5.463	5.463
	(4.306)	-
	4.255	7.683
	7.791	13.196
	31/12/2023 100%	31/12/2023 100% 2,25% 2,25% (4.306) 4.255

O ágio e o valor justo dos valores dos ativos identificados apresentados como investimentos na Companhia são apresentados como contas intangíveis e patrimoniais, ativos e equipamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela a seguir apresentada contém o ágio e o valor excedente por empresa:

	31/12/202	3	31/12/	2022
	Nexoleum	Cetrel	Nexoleum	Cetrel
Ágio		-	-	-
Mais valia (i)	4.255		7.683	
	4.255		7.683	

(i) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 4.255 foi reclassificado para fins de consolidação para a rubrica do intangível.



Teste de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia testou o *impairment* em relação ao investimento na Cetrel S.A. que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável foi mensurado através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais mensurando o recebimento de dividendos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco deste investimento.

A Administração concluiu que seriam necessários ajustes no investimento da Cetrel e reconheceu em 31 dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.306 na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

	Nexoleum	Cetrel
Em 31 de dezembro de 2022	7.733	5.463
Adições	1.300	-
Impairment	-	(4.306)
Equivalência patrimonial	828	-
Amortização do intangível	(3.227)	
Em 31 de dezembro de 2023	6.634	1.157

11 Fornecedores

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	50.294	49.878	50.295	49.878
Fornecedores estrangeiros	8.803	11.932	8.803	11.932
Fornecedores partes relacionadas	12.123	-	12.123	-
Fornecedores risco sacado	117.126	54.495	117.126	54.495
	188.346	116.305	188.347	116.305

Risco sacado

A Companhia possui convênios de pagamentos com instituições financeiras que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Companhia mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Companhia. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento. O prazo praticado pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 90 dias (60 dias em 31 de dezembro de 2022), mantendo assim, condições usualmente praticadas pelo mercado.

As transações em aberto em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 117.126 (R\$ 54.495 em 31 de dezembro de 2022) e refletem as variações de volumes e preços negociados no período e na alteração do prazo negociado de pagamento dessas compras.



12 Obrigações com pessoal e outros passivos

	Control	Controladora		lidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal	12.027	12.713	12.027	12.713
Provisões diversas	1.035	378	1.035	378
Passivo de arrendamento (1)	107	152	107	152
Precatório a pagar (ajuste de Earn-Out) (2)	5.331	48.175	5.331	48.175
Royalties a pagar	6.504	7.906	6.504	7.906
Participações funcionários e administradores	601	12.478	601	12.478
PERT parcelamento federal	8.510	-	8.510	-
Adiantamento de clientes	2.853	2.530	2.853	2.530
Outras contas a pagar	4.461	11.681	4.461	11.681
	41.429	96.013	41.429	96.013
Demonstrado como:				
Circulante	23.090	41.059	23.090	41.059
Não circulante	18.339	54.954	18.339	54.954

- (1) Reconhecimento do passivo de arrendamento conforme IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos. A Companhia optou por não divulgar nota específica devido à imaterialidade dos saldos e a baixa relevância da abertura das informações aos leitores. A decisão de suprimir as notas explicativas dos arrendamentos operacionais baseia se nas exceções permitidas nas normas contábeis.
- (2) Conforme previsto no contrato de venda do controle acionário em 2018, assinado pelos antigos controladores da Companhia.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data de contratação	Data de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Santander – CCE	BRL	CDI + 2,50 aa	15/06/2018	15/06/2023	-	3.356
Brasil – CCB	BRL	CDI + 2,35 aa	26/06/2018	07/02/2023	-	14.322
Brasil – CCB	BRL	CDI + 1,50 aa	13/03/2020	02/08/2025	15.277	25.545
NCE – CCB	BRL	CDI + 1,79 aa	21/06/2022	13/06/2027	251.664	252.032
NCE - CCB	BRL	CDI + 1,88 aa	08/02/2022	23/02/2027	89.767	100.349
(-) Custos de transações					(1.748)	
					354.960	395.604
Total circulante					85.949	63.113
Total não circulante					269.011	332.491

A seguir é apresentado o vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
2023	-	63.113	
2024	85.949	106.658	
2025	92.500	92.500	
2026	87.500	87.500	
2027	89.011	45.833	
Total	354.960	395.604	



A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2021	69.081
(+) Captações	350.000
(+) Provisão de juros	31.527
(-) Amortizações de principal	(47.356)
(-) Amortizações de juros	(7.648)
Em 31 de dezembro de 2022	395.604
(+) Captações	-
(+) Provisão de juros	52.214
(-) Amortizações de principal	(53.885)
(-) Amortizações de juros	(37.224)
(-) Custos de transações	(1.749)
Em 31 de dezembro de 2023	354.960

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia possui firmado contrato de cédula de crédito, que deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referente ao exercício fiscal a se encerrar em 31 de dezembro de 2023 (2,50x em 31 de dezembro de 2022), sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via solicitação a respectiva instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota explicativa 5 – Contas a receber de clientes.



b) Debêntures

Controladora e Consolidado

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data de contratação	Data de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Simples	BRL	CDI + 2,50 aa	29/06/2018	22/06/2023	-	13.027
Debêntures Simples	BRL	CDI + 3,17 aa	26/06/2023	23/03/2031	544.666	-
(-) Custos transação					(12.930)	
					531.736	13.027
Total circulante					74.123	13.027
Total não circulante					457.613	-

A seguir é apresentado o vencimento das debêntures:

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	
2023	-	13.027	
2024	74.123	-	
2025	75.000	-	
2026	75.000	-	
2027	75.000	-	
2028 a 2031	232.613	-	
Total	531.736	13.027	

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

Em 31 de dezembro de 2021	38.973
(+) Captações	<u>-</u>
(+) Provisão de juros	4.007
(-) Amortizações de principal	(25.872)
(-) Amortizações de juros	(4.081)
Em 31 de dezembro de 2022	13.027
(+) Captações (via incorporação reversa da Chembro Química S.A.)	603.672
(+) Provisão de juros	66.620
(-) Amortizações de principal	(114.195)
(-) Amortizações de juros	(24.458)
(-) Custos de transações	(12.930)
Em 31 de dezembro de 2023	531.736

1° Emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures (ICVM 476)

Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Chembro Química S.A., posteriormente, incorporada pela Companhia, a realização de instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 no valor de até R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), cujo anúncio de início de distribuição foi realizado em 30 de dezembro de 2022.

Os recursos captados no âmbito da emissão foram exclusivamente destinados à aquisição da Companhia pelo **Grupo OCQ**, conforme descrito na Nota explicativa 1 – Informações sobre a Companhia.

As debêntures possuem características de série única, prazo de 8 anos contados a partir da data de emissão,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



remuneração CDI com spread de 3,17% ao ano e amortizações trimestrais sem carência.

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros

As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições envolvidas na transação é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2023, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses.

No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima.

Garantias

A operação possui garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

As debêntures apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota explicativa 5 – Contas a receber de clientes.

Custos de transação

A Companhia registrou custos de transação atrelados a esta operação que totalizam o montante de R\$ 12.930 em 31 de dezembro de 2023.

Estes custos estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de "despesas financeiras". Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$ 1.385.

14 Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis



estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

14.1 Processos com risco de perda provável

A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

31/12/2023	31/12/2022
669	984
8.703	9.368
7.833	1.797
25.551	<u>-</u>
42.756	12.149
	669 8.703 7.833 25.551

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

			Controladora e consolidado		
			Ajuste de passivo		
_	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	contingente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	1.797	9.368	984	-	12.149
Atualização monetária	189	666	-	-	855
Constituição	-	4.848	14	-	4.862
Adição decorrente da combinação de negócios	6.316	-	-	28.927	35.243
Reversão	(469)	(3.578)	(14)	-	(4.061)
Amortização de passivo contingente	-	-	-	(3.376)	(3.376)
Pagamentos	-	(2.601)	(315)	-	(2.916)
Em 31 de dezembro de 2023	7.833	8.703	669	25.551	42.756

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1° de janeiro de 2022	3.275	10.233	1.269	14.777
Atualização monetária	4	1.036	1	1.041
Constituição	1.798	4.531	13	6.342
Reversão	(690)	(4.357)	-	(5.047)
Pagamentos	(2.590)	(2.075)	(299)	(4.964)
Em 31 de dezembro de 2022	1.797	9.368	984	12.149

14.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

Contingências cíveis (i)
Contingências trabalhistas (ii)
Contingências tributárias (iii)

Controladora e Consolidado		
31/12/2023	31/12/2022	
6.998	7.096	
92.378	89.691	
54.356	57.149	
153.732	153.936	



89.691

89.691

92.371

92.371

i) Cíveis

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
Indenização por danos ambientais	-	5.488	
Danos morais e materiais	-	743	
Demais processos	6.998	865	
	6.998	7.096	
ii) Trabalhistas			
	Controladora	e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	

Englobam processos trabalhistas de natureza relacionadas a horas extras, verbas adicionais, indenizações, verbas rescisórias e outras.

iii) Tributárias

Processos Trabalhistas (a)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	3.712	3.535
Contribuição previdenciária s/PPR, acordo trabalhista e solidariedade	4.233	3.990
Ação Declaratória do REIQ - MP 863/2018	2.696	2.485
Créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos	2.867	6.315
Inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação	5.046	4.615
IPTU Camaçari/BA revisão, área descoberta e majoração abusiva	15.915	14.010
ICMS estorno de crédito em desacordo com a legislação	4.764	4.391
Compensação PIS 07/70	79	2.841
Demais processos	15.044	14.967
	54.356	57.149

14.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Companhia correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas	3.607	5.287
Contingências tributárias	6.252	5.989
	9.859	11.276

14.4 Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações financeiras.



O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	Controladora e Consolidado		
	2023	2022	
Tributário	·		
Crédito prêmio de IPI	-	878	
PIS/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo	-	19.000	
Não incidência de IRPJ/CSLL sobre SELIC - Repetição Indébito	41.037	-	
ICMS - Recuperação do crédito acumulado IG	7.593	6.911	
Outros tributários de valor inferior a R\$10 milhões	10.430	9.786	
Total tributário	59.060	36.575	
Cível			
Recuperação Judicial	4.209	4.093	
Outros cíveis de valor inferior a R\$10 milhões	5.551	5.400	
Total cível	9.760	9.493	

15 Partes relacionadas

15.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Os saldos das operações com partes relacionadas possuem vencimento determinado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, serviços, matérias primas e materiais para industrialização.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	31/12/2	31/12/2023		
Circulante	Contas a receber	Fornecedores		
Nacional				
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	1.386	-		
Brisco do Brasil indústria Química e Comércio Ltda.	1.016	-		
Oswaldo Cruz Química Industria e Comércio Ltda.	-	227		
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	7.080	11.896		
Total	9.482	12.123		

As entidades apresentadas no quadro acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que que pertencem ou possuem participação significativa dos acionistas controladores da Companhia. Não existiram transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022.



15.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o pessoal-chave da Administração foi remunerado conforme rubricas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	2023	2022	
Diretoria	3.643	7.758	
- Honorários	2.525	3.286	
- Participação nos lucros	-	2.788	
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	652	888	
- Benefícios de curto prazo	-	282	
- Benefícios pós-emprego	466	514	
Conselho de Administração	340	451	
- Honorários	285	368	
- Encargos sociais (INSS)	55	83	

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 49.000 (R\$ 103.057 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das ações é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dofra Participações Ltda.	49.000	
Antigo controlador	-	90.084
Ações em tesouraria	-	12.973
·	49.000	103.057
A movimentação do exercício é apresentada a seguir:		
Em milhares de ações	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	103.057	103.057
Efeitos da incorporação reversa (a)	(54.057)	
Emitidas e totalmente integralizadas	49.000	103.057

⁽a) As alterações do capital social da Companhia ocorridas durante o exercício de 2023 são oriundas da incorporação reversa, maiores detalhes em Nota Explicativa nº 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

(b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Companhia e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Benefício fiscal - SUDENE

O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Companhia possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade. Este benefício fiscal é válido até 31 de dezembro de 2025 e a Companhia ingressou em 25 de outubro de 2023, com novo pedido de renovação do benefício e a inclusão de novos produtos durante o exercício para extensão de mais 10 (dez) anos. Em 22 de dezembro de 2023 foi aprovado o Laudo Constitutivo de nº 0412/2023 pela SUDENE aprovando o benefício para os produtos fabricados na unidade industrial de gases. A renovação do benefício para os produtos da unidade industrial de álcoois encontra-se em análise na data na data de elaboração destas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo em sua reserva de incentivos fiscais de R\$ 72.276 (R\$ 71.575 em 31 de dezembro de 2022). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados e, quando da geração de lucros futuros, o saldo da reserva será reconstituído de forma a não efetuar qualquer distribuição desses incentivos fiscais.

Benefício fiscal - Desenvolve

O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("Desenvolve") que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Este benefício fiscal é válido até março de 2028 na planta de gases e prazo indeterminado na planta de álcoois e plastificantes.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a lei 14.789/2023 que introduziu novos regramentos para a tributação dos benefícios fiscais de ICMS pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que fez mediante a revogação da antiga legislação de regência do tema, a saber: Art. 30 da Lei 12.973/2014.

A Administração em conjunto com seus assessores tributários está analisando o tema e seus possíveis impactos para o exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo em sua reserva de incentivos fiscais de R\$ 6.692 (R\$ 6.684 em 31 de dezembro de 2022). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados e, quando da geração de lucros futuros, o saldo da reserva será reconstituído de forma a não efetuar qualquer distribuição desses incentivos fiscais.

(d) <u>Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio</u>

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram distribuídos lucros (R\$ 467.567 em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.



Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou pagamento no montante de R\$ 24.925 (R\$ 13.770 em 31 de dezembro de 2022).

(e) Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

Resultado básico e diluído por ação	Controlac	Controladora		ado
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	(108.216)	226.073	(108.216)	226.073
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	31. 192	31.485	31.192	31. 485
Resultado básico e diluído por ação – Em reais	(3,47)	7,18	(3,47)	7,18

17 Imposto de renda e contribuição social

17.1 Corrente e diferido

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Base ajustada	(97.454)	329.586	(97.454)	329.586
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda à alíquota de 25%	-	82.373	-	82.373
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção	-	(22.153)	-	(22.153)
Contribuição social à alíquota de 9%		29.663		29.663
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)		89.883		89.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda à alíquota de 25%	(29.843)	17.945	(29.843)	17.945
Contribuição social à alíquota de 9%	(10.740)	6.460	(10.740)	6.460
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.583)	24.405	(40.583)	24.405
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	(148.799)	340.361	(148.799)	340.361
Adições e exclusões permanentes	55.484	72.590	55.484	72.590
Adições e exclusões temporárias	(4.139)	(44.566)	(4.139)	(44.566)
Juros sobre capital próprio		(38.799)		(38.799)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social -				
"Base ajustada"	(97.454)	329.586	(97.454)	329.586
Alíquota efetiva - (a) / (b)	0%	26%	0%	26%

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.



A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Saldo inicial 31/12/2022	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2023
Ativos de impostos diferidos	0.7.12/2022	- Control of the Cont		01/12/2020
Prejuízos fiscais e bases negativas	6.283	44.850	-	51.133
Provisão para devedores duvidosos	9.687	1.960	(10.255)	1.392
Provisão para contingências trabalhistas	3.184	1.875	(2.101)	2.958
Provisão para contingências fiscais	611	1.995	-	2.606
Impairment ativo imobilizado e intangível	17.147	-	(3.772)	13.375
Habilitação crédito tributário - precatório	16.379	-	(14.567)	1.812
Provisões diversas	1.825	6.375	(3.362)	4.838
Ajuste a valor presente (AVP)	42	-	· , ,	42
Total de ativos de impostos diferidos	55.158	57.055	(34.057)	78.156
Passivos de impostos diferidos			, ,	
Provisões diversas	2.656	9.013	(3.207)	8.462
Créditos tributários	28.607	2.232	(27.087)	3.752
Total de passivos de impostos diferidos	31.263	11.245	(30.294)	12.214
Total de imposto diferido líquido	23.895	45.810	(3.763)	65.942

Os ativos e passivos de tributos diferidos foram reconhecidos por meio da expectativa lucro tributável no futuro. O quadro abaixo demonstra a expectativa de realização dos impostos diferidos:

	31/12/2023
2024	_
2025	4.890
2026	5.432
2027	6.446
2028 em diante	49.174
Total de ativos de impostos diferidos	65.942

18 Receita líquida de serviços

A conciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	Controladora e 0	Controladora e Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022		
Receita bruta de vendas	1.721.530	2.746.353		
Receita bruta de serviços	59.995	17.393		
(-) Devoluções e cancelamentos	(21.556)	(10.427)		
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(351.322)	(520.940)		
Total da receita operacional, líquida	1.408.647	2.232.379		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	Controladora			
	31/12/2023		31	12/2022
	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.161.484)	-	(1.600.898)	-
Despesas com pessoal	(69.125)	(34.086)	(65.271)	(33.136)
Despesas com exportação	-	(6.057)	-	(16.713)
Despesas variáveis de vendas	-	(7.092)	-	(6.460)
Fretes e carretos	-	(34.916)	-	(46.277)
Despesas com aluguéis	-	(273)	-	(3.021)
Serviços de terceiros	(7.519)	(14.981)	(4.594)	(16.875)
Depreciação e amortização	(34.513)	(5.213)	(26.896)	(1.858)
Amortização do ágio alocado	-	(24.071)	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	2.783	30	1.815	23
Reversão (provisões) para contingências	-	1.287	-	(5.707)
Operação e manutenção	(14.744)	(871)	(12.062)	(330)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	1.105	-	1.531
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	-	(8.250)	-	(1.944)
Projetos e pesquisas	-	(1.467)	-	(2.641)
Participação nos resultados	(434)	(494)	(6.090)	(6.388)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (1)	-	6.815	-	5.988
Alienação de precatórios e baixa de provisão	-	39.566	-	38.444
Homologação de créditos tributários	-	11.075	-	5.016
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido)	-	(2.567)	-	(1.560)
Reversão de provisão para desmontagem	-	7.600	-	(2.750)
Opções outorgadas reconhecidas	-	335	-	(212)
Custos de transação		(52.161)	-	-
Outras receitas (despesas)	(15.145)	(21.951)	(15.450)	(32.741)
	(1.300.181)	(146.637)	(1.729.446)	(127.611)



	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.161.484)	-	(1.600.898)	-
Despesas com pessoal	(69.125)	(34.086)	(65.271)	(33.136)
Despesas com exportação	-	(6.057)	-	(16.713)
Despesas variáveis de vendas	-	(7.092)	-	(6.445)
Fretes e carretos	-	(34.916)	-	(46.277)
Despesas com aluguéis	-	(273)	-	(3.021)
Serviços de terceiros	(7.519)	(14.981)	(4.594)	(16.928)
Depreciação e amortização	(34.513)	(5.220)	(26.896)	(1.878)
Amortização do ágio alocado	-	(24.071)	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	2.783	30	1.815	23
Provisões para contingências	-	1.287	-	(5.707)
Operação e manutenção	(14.744)	(871)	(12.062)	(330)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	1.105	-	1.531
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	-	(8.250)	-	(1.944)
Projetos e pesquisas	-	(1.467)	-	(2.641)
Provisão participação nos resultados	(434)	(494)	(6.090)	(6.388)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (1)	-	6.815	-	5.988
Alienação de precatórios e baixa de provisão	-	39.566	-	38.444
Homologação de créditos tributários	-	11.952	-	5.016
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido)	-	(2.567)	-	(1.560)
Reversão de provisão para desmontagem	-	7.600	-	(2.750)
Opções outorgadas reconhecidas	-	335	-	(212)
Custos de transação		(52.161)		
Outras receitas (despesas)	(15.145)	(22.241)	(15.450)	(32.756)
	(1.300.181)	(146.057)	(1.729.446)	(127.684)

⁽¹⁾ Referente a Lei 12.859 – Regime especial da indústria química REIQ de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química até 31 de março de 2022, e 2023 pelo DL 11668/2023 por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas;



20 Resultado financeiro, líquido

	Control	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	9.796	17.663	9.800	17.664
Juros e descontos obtidos	3.488	4.268	3.488	4.274
Juros Selic homologação de créditos tributário	-	3.442	-	3.442
Reversão do ajuste a valor presente	-	66	-	66
Outras	844	2.398	1.050	2.398
Total receitas financeiras	14.128	27.837	14.338	27.844
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(107.440)	(38.316)	(107.440)	(38.459)
Juros cessão de crédito	(13.784)	(17.657)	(13.784)	(17.657)
Outras	(2.237)	(3.034)	(2.207)	(3.035)
Total despesas financeiras	(123.461)	(59.007)	(123.431)	(59.151)
Variação cambial				
Variação cambial ativa	6.875	26.332	6.885	26.332
Variação cambial passiva	(8.998)	(29.911)	(9.000)	(29.913)
Total variação cambial	(2.123)	(3.579)	(2.115)	(3.581)
Resultado financeiro, líquido	(111.456)	(34.749)	(111.208)	(34.888)

21 Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência de Finanças e Diretoria Comercial.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 15% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.



Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	176.223	176.223	176.223	-	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	12.123	12.123	12.123	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	342.031	342.031	36.198	97.500	206.250	2.083
Debêntures	544.666	544.666	38.378	75.000	150.000	281.288
	1.075.043	1.075.043	262.922	172.500	356.250	283.371
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
31 de dezembro de 2022 Passivos financeiros não derivativos		caixa				
		caixa				
Passivos financeiros não derivativos	contábil	caixa contratual	ou menos			
Passivos financeiros não derivativos Fornecedores	contábil	caixa contratual	ou menos			
Passivos financeiros não derivativos Fornecedores Contas a pagar - Partes relacionadas	contábil 116.305	caixa contratual	ou menos 116.305	meses -	anos -	anos -

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) Risco cambial

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:



Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	30.056	30.056	37.570	45.084
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	8.803	8.803	11.004	13.205
Impacto no resultado antes dos impostos			-	5.313	10.626
			31 de (dezembro de	2023
Indexador			Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Dólar americano (US\$)			4,84	6,05	7,26
b) Risco de taxa de juros					
Instrumentos financeiros de taxa juros			31/12/2023		31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (i)			47.344	<u>. </u>	157.402
Ativos financeiros			47.344		157.402
Empréstimos e financiamentos			(342.031)		(395.604)
Debêntures			(544.666)		(13.027)
Arrendamento Mercantil			(107)		(152)
Passivos financeiros			(886.804)		(408.783)
			(839.460)		(251.381)

⁽i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023, assim como os valores dos indexadores utilizados nas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



projeções.

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	47.344	47.344	59.180	71.016
Arrendamento mercantil	CDI	107	107	134	161
Debêntures	CDI	544.666	544.666	680.833	816.999
Empréstimos e financiamentos	CDI	342.031	342.031	427.539	513.047
Impacto no resultado antes dos impostos		=	-	(209.865)	(419.730)
		_		31 de dezem	bro de 2023
Indexador			Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI			11,65	14,56	17,48

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices até 31 de dezembro de 2024 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

c) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.



d) Classificação dos instrumentos financeiros e determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

			31/12	/2023	31/12	/2022
Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		47.344	47.344	157.402	157.402
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		122.995	122.995	167.468	167.468
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado		9.482	9.482	-	-
Outros ativos	Custo amortizado Valor justo por meio		10.805	10.805	23.562	23.562
Investimentos (Cetrel S.A.)	de outros resultados abrangentes	Nível 2	1.157	1.157	5.463	5.463
Fornecedores	Custo amortizado		(176.223)	(176.223)	(116.305)	(116.305)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado		(12.123)	(12.123)	-	-
Arrendamento mercantil	Custo amortizado		(107)	(107)	(152)	(152)
Debêntures	Custo amortizado		(544.666)	(544.666)	(13.027)	(13.027)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		(342.031)	(342.031)	(395.604)	(395.604)
Outros passivos	Custo amortizado		(29.295)	(29.295)	(108.073)	(108.073)
			(912.662)	(912.662)	(279.266)	(279.266)

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços guotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos financeiros de níveis 1 e 3, passivos financeiros mensurados ao valor justo e durante o exercício de 2023 a companhia passou a mensurar o investimento na Cetrel S/A a valor justo. Para os demais instrumentos financeiros, não houve movimentação entre os níveis 1,2 e 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22 Seguros

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)				
Modalidades	Vigência	Limites máximos de indenização		
Riscos operacionais	17/06/2023 - 19/12/2024	1.449.600.000,00		
Veículos	05/02/2023 – 05/02/2024	2.200.000,00		
Crédito	01/01/2023 – 31/12/2024	US\$ 14.000.000		
Garantia judicial	02/10/2018 – 09/09/2028	33.756.000,00		
Garantia financeira	01/01/2024 – 31/12/2024	1.717.000,00		
Transporte internacional	31/07/2023 – 31/07/2024	US\$ 8.000.000		

23 Eventos subsequentes

Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.
